



DIEESE - Subseção APCEF/SP

Informe Semanal - n. - 45, 21/09/2015

O que está em jogo

Fortalecimento político de defensores do neoliberalismo é ameaça a direitos. Armínio Fraga, um dos ex-presidentes do Banco Central na era neoliberal de FHC, defendeu em artigo intitulado "Resposta à altura da crise" (15/9, Estadão) a imposição de idade mínima à aposentadoria e a desvinculação do piso do benefício do salário-mínimo. É sua receita para sair da crise. Traduzindo: 65 anos de idade para se aposentar, o que castiga o mais pobre, que começa a trabalhar mais jovem e assim contribuirá por mais tempo; benefícios inferiores ao salário-mínimo, redução de renda direta, algo que também castiga o mais pobre. Aos neoliberais não se pode acusá-los de incoerentes: alcançam sempre a mesma vítima. Mas o montante de benefícios em relação à riqueza produzida no país evolui timidamente. Assim, o benefício é, de fato, o problema?

Tabela 1 – Total dos benefícios de previdência oficial em relação ao PIB

ano	Em bilhões de R\$			total em relação ao PIB
	benefício urbano	benefício rural	total	
2011	R\$ 217,4	R\$ 54,4	R\$ 271,8	6,56%
2012	R\$ 245,1	R\$ 63,3	R\$ 308,4	7,02%
2013	R\$ 274,4	R\$ 70,7	R\$ 345,1	7,13%
2014	R\$ 303,0	R\$ 77,5	R\$ 380,5	7,31%

Fonte: Ministério da Previdência Social e Banco Central

Elaboração: DIEESE- subseção APCEF/SP

>Saiba mais

Valor médio

O valor médio do benefício de aposentadoria é baixo, mesmo quando comparado ao também baixo salário-mínimo, e vem caindo (Tabela 2). Na base dezembro de 2014, considerados todos os benefícios emitidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a média corresponde a 1,28 salário mínimo, ou R\$ 927,75. A chamada clientela urbana recebe pouco mais, 1,44 salário-mínimo em média. A clientela rural, 0,89 salário-mínimo, valor inferior ao piso dado o registro de pagamentos parciais no período. Resumindo: a previdência paga em média, a cada beneficiário, algo pouco superior ao mínimo. Se a vinculação for eliminada, na forma proposta pelo ex-ministro Armínio Fraga, nem isso pagará.

Tabela 2 – benefícios de previdência em quantidade de salários-mínimos

benefício médio de previdência em salários-mínimos (*)			
ano	total dos benefícios	benefício urbano	benefício rural
2000	1,82	2,22	1,01
2001	1,72	2,07	1,01
2002	1,73	2,08	1,01
2003	1,73	2,08	1,01
2004	1,73	2,06	1,00
2005	1,58	1,85	0,96
2006	1,47	1,70	0,93
2007	1,42	1,64	0,92
2008	1,40	1,61	0,92
2009	1,36	1,55	0,91
2010	1,35	1,53	0,91
2011	1,34	1,53	0,89
2012	1,29	1,46	0,89
2013	1,28	1,44	0,89
2014	1,28	1,44	0,89

Fonte: Ministério da Previdência

Elaboração: DIEESE - subseção APCEF/SP

(*) situação em dezembro de cada ano

>Saiba mais

Economizando ante a sagrada dívida

Gerar superávit primário é tema sagrado aos neoliberais. O tal superávit é a diferença entre receitas e despesas de governo, desconsiderados valores destinados ao serviço da dívida pública. O ex-ministro Fraga defendeu, no mesmo artigo, o estabelecimento de percentuais crescentes de superávit para os próximos três anos. Segundo ele, a economia deve ser de 1%, 2% e 3% do PIB, respectivamente em 2016, 2017 e 2018. O superávit é dinheiro destinado a pagamento de juros da dívida. E quem é credor da impagável dívida, remunerada a taxas de 5%, 6% ao ano acima inflação? A tabela abaixo indica.

Tabela 3 – detentores da dívida pública federal – posição em julho de 2015

Detentores da dívida pública federal (*)	Em bilhões de R\$	% do total
Instituições financeiras	642,5	26,0%
Fundos de Investimentos	491,2	19,8%
Previdência	489,0	19,8%
não residentes	484,1	19,6%
Governo	146,4	5,9%
Seguradoras	102,7	4,2%
Outros	119,3	4,8%
Total	2.475,2	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE - Subseção APCEF/SP

(*) posição de julho de 2015

>Saiba mais